

# A PEDAGOGIA COMO PROCESSO SÓCIO EDUCACIONAL NA RECUPERAÇÃO DA CIDADANIA DE IDOSOS EM CASAS DE REPOUSO

Eixo: Práticas para Contextos Não Escolares

RIBEIRO, Andressa Simone Patzer<sup>1</sup>  
VIDA, Giselle M. R<sup>2</sup>

O trabalho do pedagogo em contextos não escolares está dentre os mais variados, mas há uma área pouco explorada ainda dentro do trabalho com idosos.

Porém sabe-se que atividades pedagógicas devem estar inseridas dentro dessas casas de repouso, trabalhando a cidadania e a valorização social. Inseridos nestes lares muitos idosos encontram-se em situação de abandono parental o que acaba causando uma exclusão da vida em sociedade, onde esse cidadão já não é mais considerado necessário, tornando-se obsoleto.

A partir desses aspectos pode-se pensar nas mais diversas formas de trabalho dentro dessas instituições, amparando-se na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 do Estatuto do Idoso que faz referência à regulamentação de direitos previstos na Constituição Federal de 1998, (art.5º) que garante tanto direito à vida, a assistência de benefícios de cunho social, espiritual, moral e social assegurados a pessoas com idade igual ou maior de sessenta.

Dentre os temas que vem a ser abordados pela Lei, vamos viabilizar a da garantia de direitos relacionados à Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Observa -se também quando falamos sobre educação, a Constituição (1988) faz referência em seu Artigo 205, um direito primordial do cidadão.

Sendo assim o idoso tem por direito manter-se em atividades que os desenvolvam constantemente, dando-lhes a oportunidade garantida a sua cidadania.

“à educação é um direito de todos, um dever do Estado e da família, sendo incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL,1988)

## 2 OBJETIVO GERAL

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Opet.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências da Educação, Especialista em Educação Especial, Arte Educadora, Psicóloga, Supervisora de Estágio da UNIOPET e professora da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba

Contribuir no processo cognitivo favorecendo uma melhor qualidade de vida, valorização do indivíduo crítico e cidadão participativo ativamente na sociedade.

### **3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Desenvolver a autoestima;
- Produzir alimentos para serem consumidos dentro da instituição.
- Possibilitar o trabalho em grupos;
- Favorecer a aprendizagem das disciplinas da Língua Portuguesa, Matemática, Cidadania e Sociedade;
- Proporcionar momentos agradáveis e alegres;
- Favorecer, através da atividade proposta, o interno sentir-se inserido e produtivo.

### **4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

O projeto será realizado com os internos de nível 1. O professor iniciará conversando com o grande grupo, expondo a ideia de utilizar o espaço livre da área externa para o plantio de uma horta, os idosos serão convidados a participar.

Após definidos os participantes, será feita a primeira reunião do grupo, onde começaremos a definir em planilhas as atividades há serem desempenhadas nos dias das semanas subsequentes ao encontro. Será trabalhado ainda com relação a utilização dos materiais necessários, no geral sementes e ferramentas.

Reuniões aconteceram semanalmente para o acompanhamento do professor, e a possibilidade de interação e dialética para o grupo, onde discutem e definem as necessidades da horta. Essas reuniões sempre registradas em planilhas para que o grupo acompanhe as atividades semanais.

### **5 RECURSOS UTILIZADOS**

Bloco para cavalete, caneta hidrográfica grossas, cadernos, canetas esferográficas, outros materiais a serem definidos na primeira reunião.

### **6 AVALIAÇÃO**

A avaliação ocorrerá por meio da participação dos envolvidos no projeto, com os cuidados diários e ao final do período de plantio com possibilidade de colheita.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: CentroGráfico, 1988. 292p.